

**RECONFIGURAÇÃO ESTRUTURAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA NO BRASIL:  
NOVA FASE DA MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO****Paulo Roberto Corbucci**

Técnico de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

**Luis Claudio Kubota**

Técnico de planejamento e pesquisa da Disoc/Ipea.

**Ana Paula Barbosa Meira**

Pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Disoc/Ipea.

Diversos estudos mostram que a educação superior brasileira sofreu profundas mudanças nos últimos cinquenta anos, entre as quais o aumento expressivo da participação do setor privado no total de matrículas. Desde meados dos anos 1990, e por cerca de uma década, houve significativa expansão horizontal desse setor. Nos últimos anos, porém, observa-se que a expansão do setor tem sido predominantemente vertical, mediante processos de aquisição e fusão de instituições de ensino, bem como pela transformação de algumas empresas em sociedades anônimas, com ingresso no mercado acionário.

Se a questão central que até então permeou o debate sobre a educação superior estava centrada na dualidade público-privado, mais recentemente o foco se volta para os impactos e as implicações decorrentes de uma reconfiguração estrutural do setor privado que tem levado a uma reconcentração da oferta por parte de uns poucos grupos empresariais. Além de receberem aportes de investimentos estrangeiros, esses grupos também estariam sendo beneficiados pelo investimento público indireto (financiamento estudantil) em proporção acima da média do setor privado como um todo.

Este artigo, portanto, tem por objetivo analisar características e implicações dessa reconfiguração estrutural do setor privado na educação superior brasileira, a partir das seguintes questões: *i*) em que medida estaria havendo reconcentração da oferta em torno desses grandes grupos empresariais?; e *ii*) como se dá a apropriação do que aqui se denominou de investimento público indireto pelo segmento listado em bolsa de valores e em relação ao restante do setor

privado? Além disso, e de modo preliminar, buscou-se evidenciar alguns impactos no mercado decorrentes do redesenho do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), ocorrido em 2015.

A título de conclusão final, sugere-se a introdução de medidas regulatórias no campo econômico que favoreçam a redistribuição dos recursos públicos de forma mais equânime, de modo a contra-arrestar a tendência à concentração do capital na educação superior privada.